



Número: **8060177-04.2022.8.05.0001**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR**

Última distribuição : **10/05/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.000.000,00**

Assuntos: **Empresas, Sociedade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CETRO RM SERVICOS LTDA (AUTOR)		VICTOR BARBOSA DUTRA registrado(a) civilmente como VICTOR BARBOSA DUTRA (ADVOGADO)	
CETRO RM SERVICOS LTDA (REU)			
ADVOCACIA ORLANDO KALIL FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)		MARCUS VINICIUS ALCANTARA KALIL registrado(a) civilmente como MARCUS VINICIUS ALCANTARA KALIL (ADVOGADO)	
JUCEB - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Ministério Público do Estado da Bahia (TERCEIRO INTERESSADO)			
UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
355425651	23/01/2023 18:34	Petição	Petição

**Ex^{mo} Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador,
Estado da Bahia.**

Processo nº 8060177-04.2022.8.05.0001

ADVOCACIA ORLANDO KALIL FILHO, pessoa jurídica nomeada por esse MM. Juízo como administradora judicial na Recuperação Judicial requerida por **CETRO RM SERVIÇOS LTDA.**, na pessoa de seu sócio **Marcus Vinicius Alcântara Kalil**, em atenção ao despacho do ID 350572214, vem respeitosamente perante V. Ex^a, considerando os fundamentos de fato expostos pela Recuperanda, considerando a previsão legal de prorrogação do prazo de suspensão das ações contra a Recuperanda, e **considerando que não se observa no feito nenhuma irregularidade imputável à Recuperanda**, manifestar sua opinião favorável ao deferimento dos pedidos formulados pela Recuperanda no ID 332715472.

Pede Deferimento.

Salvador (BA), 23 de janeiro de 2023.

(Assinatura eletrônica)

ADVOCACIA ORLANDO KALIL FILHO

Administradora Judicial

Marcus Vinicius Alcântara Kalil

OAB/BA 16.714



Advogado: Pollyana Silva Carrilho Rosa (OAB:BA26155)
Reu: Renata De Oliveira Lemos
Advogado: Renata De Oliveira Lemos (OAB:BA25974)
Advogado: Moema De Oliveira Alves Dias (OAB:BA27618)
Advogado: Pollyana Silva Carrilho Rosa (OAB:BA26155)

Decisão:

Vistos, etc.

Versa a presente demanda sobre matéria estranha à competência deste Juízo, tendo em vista o que dispõe a Resolução nº 01/2018, alterada pela Resolução de nº 22/2018, que modificou a competência deste Juízo retirando a matéria cível.

As citadas normas administrativas apresentam rol taxativo de matérias empresariais passíveis de serem conhecidas por esta Vara, conforme abaixo transcrito:

- I- falência, recuperação judicial, resolução, dissolução e liquidação de sociedades empresariais e seus respectivos incidentes;
- II- homologação de plano de recuperação extrajudicial;
- III- litígios societários concernentes à constituição, deliberação, transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedade empresária;
- IV- liquidação extrajudicial ou ordinária de sociedade empresária;
- V- registro do comércio e propriedade industrial;
- VI- incorporação de créditos da massa falida;
- VII- direito de retirada de que trata o art. 137 da Lei Federal 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- VIII- comunhão de interesse entre portadores de debêntures e ao cancelamento de hipoteca em sua garantia;
- IX - execução e quaisquer feitos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da falência ou da recuperação judicial;
- X- as ações e seus respectivos incidentes, de execução específica de cláusula compromissória;
- XI os pedidos de cumprimento ou execução de sentença arbitral, bem assim as consequentes impugnações;
- XII- as ações para decretação de nulidade ou anulação de sentença arbitral;
- XIII- as execuções por quantia certa contra devedor insolvente, inclusive o pedido de declaração de insolvência;
- XIV - as causas em que a bolsa de valores for parte ou interessada;
- XV - as causas relativas a direito marítimo;
- XVI - as causas que tenham por objeto a discussão de representação comercial ou franquia.

Determino a remessa dos autos ao Setor de Distribuição, para que seja sorteado ao Juízo de Direito competente.

Intimem-se.

Salvador, 17 de agosto de 2022.

Benício Mascarenhas Neto

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

DECISÃO

8060177-04.2022.8.05.0001 Recuperação Judicial

Jurisdição: Salvador - Região Metropolitana

Autor: Cetro Rm Servicos Ltda

Advogado: Victor Barbosa Dutra (OAB:BA50678)

Reu: Cetro Rm Servicos Ltda

Terceiro Interessado: Advocacia Orlando Kalil Filho

Advogado: Marcus Vinicius Alcantara Kalil (OAB:BA16714)

Terceiro Interessado: Juceb - Junta Comercial Do Estado Da Bahia

Terceiro Interessado: Ministério Público Do Estado Da Bahia

Terceiro Interessado: União Federal / Fazenda Nacional

Decisão:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

Processo: RECUPERAÇÃO JUDICIAL n. 8060177-04.2022.8.05.0001

Órgão Julgador: 2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

AUTOR: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s): VICTOR BARBOSA DUTRA registrado(a) civilmente como VICTOR BARBOSA DUTRA (OAB:BA50678)

REU: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s):

DECISÃO

Vistos, etc.

A empresa recuperanda requereu, através da petição de id. 332715472, a prorrogação do stay period, previsto no § 4º do art. 6º da Lei 11.101/2005.

Aduz que vem honrando com todos os prazos legais e que necessita da prorrogação do prazo em questão bem como da manutenção da posse dos bens mencionados na decisão de id. 222341113.

O Administrador Judicial, instado a se manifestar sobre o pleito da recuperanda, apresentou, através da petição de id. 355425651, posicionamento favorável.

É o que cumpre relatar.

A realidade das empresas que buscam os benefícios da recuperação judicial obviamente não é das melhores. Existe, no Brasil, um panorama negativo para as empresas que estão passando por dificuldades financeiras, o que é agravado pela notória crise que o país enfrenta.

O acesso ao crédito é um dos principais entraves para as empresas recuperandas.

Neste contexto, os Tribunais já vêm se decidindo favoravelmente aos pedidos de prorrogação do stay period, desde que a requerente venha honrando suas obrigações perante o processo recuperacional.

Apenas para ilustrar o quanto acima exposto, colaciono ementa de Julgado do STJ:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS. PRAZO DE 180 DIAS PARA A SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES AJUIZADAS EM FACE DA EMPRESA EM DIFICULDADES. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. ADJUDICAÇÃO, NA JUSTIÇA DO TRABALHO, POSTERIOR AO DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1 - O prazo de 180 dias para a suspensão das ações e execuções ajuizadas em face da empresa em dificuldades, previsto no art. 6º, § 3º, da Lei 11.101/05, pode ser prorrogado conforme as peculiaridades de cada caso concreto, se a sociedade comprovar que diligentemente obedeceu aos comandos impostos pela legislação e que não está, direta ou indiretamente, contribuindo para a demora na aprovação do plano de recuperação que apresentou. 2 - Na hipótese dos autos, a constrição efetuada pelo Juízo do Trabalho ocorreu antes da aprovação do plano de recuperação judicial apresentado pela suscitante e após o prazo de 180 dias de suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedora. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (STJ - AgRg no CC: 111614 DF 2010/0072357-6, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 10/11/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/11/2010)

Não há nos autos nenhum indício de que a recuperanda esteja descumprindo com suas obrigações, o que é reforçado pelo Administrador Judicial, razão pela qual defiro o pedido de prorrogação em apreço, por mais 180 (cento e oitenta) dias.

Publique-se. Intimem-se.

SALVADOR -BA, 30 de janeiro de 2023.

Benício Mascarenhas Neto

Juiz Titular

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

DECISÃO

8151997-07.2022.8.05.0001 Recuperação Judicial

Jurisdição: Salvador - Região Metropolitana

Autor: Sls Comercio De Produtos E Servicos De Beleza Eireli - Epp

Advogado: Hernani Lopes De Sa Neto (OAB:BA15502)

Advogado: Rodrigo Borges Vaz Da Silva (OAB:BA15462)

Advogado: Saulo Veloso Silva (OAB:BA15028)

Autor: Sls Comercio De Produtos E Servicos De Beleza Eireli

Advogado: Hernani Lopes De Sa Neto (OAB:BA15502)

Autor: Ss Beauty Comercio De Produtos De Beleza E Servicos Ltda

Advogado: Hernani Lopes De Sa Neto (OAB:BA15502)

Autor: Via Paris - Espaco De Beleza Eireli - Epp

Advogado: Hernani Lopes De Sa Neto (OAB:BA15502)

Reu: Vara Empresarial Da Comarca De Salvador/ba

Terceiro Interessado: Ministério Público Do Estado Da Bahia

Terceiro Interessado: Behrmann Ratis Advogados

Advogado: Carlos Eduardo Behrmann Ratis Martins (OAB:BA15991)

Decisão:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

Processo: RECUPERAÇÃO JUDICIAL n. 8151997-07.2022.8.05.0001

Órgão Julgador: 2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

AUTOR: SLS COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS DE BELEZA EIRELI - EPP e outros (3)

Advogado(s): HERNANI LOPES DE SA NETO (OAB:BA15502), SAULO VELOSO SILVA (OAB:BA15028), RODRIGO BORGES VAZ DA SILVA (OAB:BA15462)

REU: VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DE SALVADOR/BA

Advogado(s):